

CENAS DO COTIDIANO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: EM FOCO A RELAÇÃO ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS

MARIA APARECIDA GUEDES MONÇÃO¹

maguedes@maxpoint.com.br

RESUMO

Neste artigo discute-se a relação entre adultos e crianças nas instituições de educação infantil. Considera-se que a constituição de práticas dialógicas entre docentes e as crianças é um pressuposto central para a efetivação de uma pedagogia da infância. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso de cunho etnográfico, em um Centro de Educação Infantil (CEI) da rede municipal de São Paulo, que atende crianças de zero a quatro anos. Os procedimentos conjugaram a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental. O propósito do presente artigo é a apresentar a análise de uma das categorias da pesquisa, relacionada as relações estabelecidas entre as professoras e as crianças no contexto do CEI pesquisado. Os principais autores utilizados foram Janusz Korczak e Jean Piaget. Os resultados do estudo, evidenciam, um contexto educacional complexo, envolto em práticas autoritárias e pouco atentas às crianças e a suas necessidades em que o castigo e as repreensões são utilizados como forma de educar as crianças pequenas e os bebês.

PALAVRAS-CHAVES: EDUCAÇÃO INFANTIL; RELAÇÃO ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS; GESTÃO DEMOCRÁTICA.

CENAS DEL COTIDIANO DE UN CENTRO DE EDUCACIÓN INFANTIL: EN FOCO LA RELACIÓN ENTRE ADULTOS Y NIÑOS

RESUMEN

En este artículo se discute la relación entre adultos y niños en las instituciones de educación infantil. Se considera que la constitución de prácticas dialógicas entre docentes y los niños es un presupuesto central para la efectivización de una pedagogía de la infancia. Se trata de una investigación cualitativa, realizada por medio de un estudio de caso de cunho etnográfico, en un Centro de Educación Infantil (CEI) de la red municipal de São Paulo, que atiende a niños de cero a cuatro años. Los procedimientos conjugaron la observación participante, la entrevista semiestruturada y el análisis documental. El propósito del presente artículo es presentar el análisis de una de las categorías de la investigación, relacionada con las relaciones establecidas entre las profesoras y los niños en el contexto del CEI investigado. Los principales autores utilizados fueron Janusz Korczak y Jean Piaget. Los resultados del estudio, evidencian, un contexto educacional complejo, envuelto en prácticas autoritarias y poco atentas a los niños y sus necesidades en que el castigo y las repreensiones se utilizan como forma de educar a los niños pequeños y los bebês.

PALABRAS CLAVES: EDUCACIÓN INFANTIL; RELACIÓN ENTRE ADULTOS Y NIÑOS; GESTIÓN DEMOCRÁTICA.

¹ Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

SCENES FROM THE DAILY LIFE OF A CENTER FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION: FOCUSING ON THE RELATIONSHIP BETWEEN ADULTS AND CHILDREN

ABSTRACT

This article discusses the relationship between adults and children in early childhood education institutions. It is considered that the constitution of dialogical practices between teachers and children is a central presupposition for the realization of a pedagogy of childhood. This is a qualitative research, carried out through a case study of an ethnographic nature, in a Center for Early Childhood Education (CEI) of the municipal network of São Paulo. The procedures combined the participant observation, the semi-structured interview and the documentary analysis. The purpose of this article is to present the analysis of one of the categories of the research, related to the relations established between the teachers and the children in the context of the researched CEI. The main authors used were Janusz Korczak and Jean Piaget. The results of the study show a complex educational context, surrounded by authoritarian practices that are not very attentive to children and their needs, where punishment and reprimands are used as a way of educating young children and babies.

KEYWORDS: EARLY CHILDHOOD EDUCATION; RELATIONSHIP BETWEEN ADULTS AND CHILDREN; DEMOCRATIC MANAGEMENT

INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a primeira infância, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas no interior das instituições de educação infantil, devem ter como base de sustentação os direitos fundamentais das crianças pequenas e a escuta permanente de suas expressões e manifestações.

Efetivar os direitos fundamentais das crianças demanda, em primeiro lugar, a compreensão de que a criança é um ser competente, sujeito de direitos e foco de todo o trabalho a ser desenvolvido na unidade; em segundo lugar, que toda a educação da criança efetivada nas instituições de educação infantil deve ser compartilhada com sua família, constituindo-se como um processo de diálogo e partilha – visto que não é possível respeitar os direitos das crianças sem respeitar também os direitos de suas famílias; em terceiro lugar, e não menos importante, requer a compreensão de que, para dar conta desses dois primeiros objetivos, é necessário que se atente para a formação e as condições de trabalho dos educadores e de toda a equipe da unidade educacional. Estes aspectos constituem a tríade indissociável que deve ser priorizada na implantação das políticas públicas e das práticas cotidianas. (MONÇÃO, 2013)

A área de Educação Infantil vive um momento intenso de revisão de práticas e produção de conhecimentos que buscam efetivar os avanços advindos do campo jurídico e da contribuição das diferentes áreas de conhecimento sobre a criança pequena. Nas pesquisas e artigos científicos, predominam proposições que versam sobre a necessidade de se garantir a especificidade da educação infantil, por meio da constituição de uma Pedagogia da Infância, que, longe de aumentar a fragmentação já existente em nosso sistema educacional, busca dar ênfase às particularidades do trabalho pedagógico com crianças pequenas e muito pequenas em instituições educacionais.

Nesta perspectiva, este artigo busca apresentar alguns elementos presentes no cotidiano das

instituições educacionais, especificamente no que se refere a relação entre educadores e crianças, considerando que como um dos pilares da gestão educacional democrática é a democratização das relações entre educandos e educadores, pois

só é possível uma formação para a democracia se os meios de realizá-la, ou seja, a relação educador-educando não contradiga esse fim, realizando-se, portanto, de forma democrática. Acrescente-se que o principal indício de uma gestão escolar verdadeiramente democrática é a democracia que se realiza na própria sala de aula [...]. (PARO, 2001, p. 20)

As análises apresentadas nesse texto, são parte de uma pesquisa de doutorado que teve como temática a gestão democrática na educação infantil, cuja a preocupação central foi analisar as relações existentes entre famílias e profissionais, no processo de compartilhamento da educação da criança pequena. Trata-se de um estudo de cunho etnográfico realizado por meio de um estudo de caso em um centro de educação infantil (CEI) da rede municipal de São Paulo, no período de 2010 e 2011. Os dados foram coletados por meio de observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas com 11 professoras, um professor, três coordenadoras pedagógicas, uma diretora, dois agentes técnico de educação (ATE), um agente escolar, uma auxiliar de limpeza, uma auxiliar de cozinha, uma supervisora de ensino e 18 famílias.

A observação foi realizada para compreender o cotidiano da instituição em diferentes momentos da rotina; e nas diferentes modalidades de reuniões: de formação continuada, com as famílias e conselho de CEI.

A coleta e a organização dos dados foram realizadas a partir de três categorias: 1) a relação entre professoras e crianças; 2) a relação entre professoras e equipe de gestão; e 3) a relação entre educadores e destes com as famílias, com vistas a compreender o compartilhamento do cuidado e educação da criança pequena.

O presente artigo trata do conteúdo da categoria “A relação entre professoras e crianças”, tendo como base a observação do cotidiano das crianças, os depoimentos dos profissionais e famílias nas entrevistas e a análise dos documentos internos da instituição.²

AS RELAÇÕES ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS: CASTIGOS E REPREENSÕES COMO FORMA DE EDUCAR

O papel do adulto é fundamental para a criança pequena, que está numa fase de construção de sua identidade, conhecendo a si próprio e aos outros. As formas de cuidar do seu corpo, dar afeto, falar, olhar, adjetivar e nomear suas ações e emoções revelam valores, normas e crenças presentes em nossa sociedade e possibilitam que as crianças se apropriem da cultura e desenvolvam sua personalidade.

Trata-se de tarefa complexa, se considerarmos que as crianças estão em um momento de suas vidas em que, apesar de serem muito capazes e ativas, possuem grande dependência dos adultos – familiares e professores – para garantir a satisfação de suas necessidades e compreender

2 Os nomes do centro de educação infantil, professoras, equipe de gestão, crianças e famílias são fictícios. O desenvolvimento da pesquisa de campo baseou-se nos princípios éticos definidos pelos Padrões éticos na pesquisa em educação: primeiro documento, elaborado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

as relações que as circundam.

De acordo com Jean Piaget, a autonomia e a reciprocidade são dois pilares na constituição da personalidade humana, o que reforça a necessidade de a criança ser rodeada por adultos – tanto pais quanto educadores – que primem por relações saudáveis, que promovam um ambiente seguro e tranquilo e estimulem suas ações, norteadas pelos princípios da solidariedade e da cooperação, possibilitando a construção de uma disciplina autônoma. As regras e normas então farão sentido e, portanto, serão uma construção interna, amparada pelas relações coletivas.

Nesse sentido, é de fundamental importância a democratização das relações entre adultos e crianças, de modo a garantir que os objetivos das instituições educacionais favoreçam a criança a aprender a escolher, dar sua opinião, expressar suas curiosidades, seus sentimentos e, ao mesmo tempo, considerar as ideias e manifestações dos outros. Garantir a aprendizagem sobre si e sobre o outro, norteadas pelos princípios do respeito e da solidariedade, é primordial para a criança desenvolver sua personalidade plenamente, contemplando os aspectos físicos, emocionais e intelectuais.

Para favorecer o processo de construção da autonomia da criança, é necessário a escuta e o envolvimento das crianças em todas as ações desenvolvidas, proporcionando opções de escolha que, nesta fase da vida, referem-se aos objetos que desejam conhecer, que podem chamar-lhe a atenção pela cor, textura, forma e pela necessidade que sente de ser cuidada, amparada. As emoções são preponderantes nas crianças pequenas e há necessidade de os professores aprenderem a compreendê-las para garantir o pleno desenvolvimento da criança.

Ao longo do período da pesquisa de campo, foi recorrente as professoras expressarem adjetivos pejorativos com relação as crianças denominando-as como “manhosas”, “mordedor”, “terrível” e também expressões de desconfiança em relação a elas, como uma professora fez ao vê-las brincando com o cabelo da pesquisadora: “Tem que colocar limites, senão...” e “Só agradar um pouco, eles abusam”.

É comum os adultos interpretarem as manifestações das crianças a partir de generalizações, sem atentar ao que ela está expressando ou sentindo. Como pode ser observado no relato abaixo:

As crianças no Minigrupo 1 brincam na sala com brinquedos oferecidos pelas professoras, uma das crianças começa a chorar, vou atendê-lo e a professora Alcione diz: “O Matias é muito dramático”. Acolho Matias e constato que ele havia machucado a barriga e estava com dor. Levo a criança até o banheiro, lavo seu machucado e ao retornar para a sala informo à professora o que ocorreu com a criança e o motivo do seu choro. A professora olha e diz novamente que ele é dramático. Pouco depois, Matias começa a chorar novamente e a professora diz: “Chega de chorar!” Essa ação da professora parece demonstrar sua falta de disponibilidade e sensibilidade para compreender que a criança estava manifestando uma emoção.

Ao desconfiar das crianças, os adultos julgam suas ações no lugar de buscar compreendê-las e assumem uma postura autoritária, desconsiderando que a participação da criança é fundamental no estabelecimento de práticas educativas que promovam a educação em seu sentido pleno.

Janusz Korczak, considerado o precursor dos direitos das crianças, ajuda-nos a pensar sobre essa questão, ao chamar a atenção de pais e educadores em relação à fundamental importância

do amor e do respeito na educação da criança, traço marcante em sua obra. O autor considera a criança como um ser humano dotado de sentimentos ambivalentes, como amor, raiva, alegria, tristeza, frustração, e destaca a necessidade do exercício da alteridade, que inevitavelmente supõe um olhar atento e cuidadoso à criança, em sua singularidade. Apurar o olhar, observá-la, ouvi-la, tentar compreender suas manifestações e sentimentos possibilitam ao adulto entender a complexa alma infantil. Entretanto, o autor alerta que respeitar e amar a criança não significa abandoná-la, deixá-la fazer o que quiser e quando quiser, mas defende a necessidade de as crianças aprenderem a conviver no coletivo e rechaça o castigo, considerando-o como uma atitude autoritária do adulto, que depende muito mais de seu estado de espírito do que propriamente da gravidade das ações das crianças.

Nesta direção, Ana Carolina Rodrigues Marangon (2007, p.113), pesquisadora das obras de Korczak, afirma que o castigo é comum nas instituições educacionais e é “usado de acordo com o humor do educador.”

O depoimento da professora Valentina confirmou a proposição de Marangon e Korczak, ao explicitar que a maior dificuldade que ela encontrava em seu trabalho referia-se à questão da indisciplina e ao relatar que, no cotidiano, as professoras ficavam perdidas em meio a diferentes orientações existentes a respeito de como educar a criança pequena. Enquanto alguns autores orientam no sentido de uma ação mais acolhedora e dialógica, outros apontam para uma intervenção mais diretiva e rígida. Assim, a professora concluiu que, “depende do dia, do jeito que você está [...] a indisciplina está destruindo as relações educacionais [...] está muito complicado; está chegando num ponto que a gente não sabe mais o que fazer [...]” (Valentina, professora).

A respeito dessa afirmação, é importante atentar para dois elementos: o primeiro refere-se à visão da professora a respeito da indisciplina. De acordo com os estudos de Piaget, a criança pequena está em processo de construção dos valores de certo e errado, o que atribui como moralidade. Portanto, não é possível acreditar que as crianças intencionalmente transgridam as regras ou agredam outras crianças ou adultos. É possível dizer, sim, que, por meio das interações, a criança paulatinamente apropria-se de noções de convivência em grupo, conhecendo a si e ao outro – o que nos autoriza a afirmar que não há indisciplina na educação infantil.

A ausência de conhecimento sólidos sobre o processo de desenvolvimento infantil, é um dos fatores que pode alicerçar a construção de visões negativas sobre as ações das crianças, tendo como resultado, a intervenção autoritária por parte do professor. Tomemos como exemplo uma cena observada durante o acompanhamento da turma do Berçário: uma professora colocou uma criança de mais ou menos 1 ano sentada numa cadeira na sala, porque ela havia mordido outra criança. Ao ver as outras brincarem, por diversas vezes a criança saía da cadeira para brincar também, momentos em que a professora a repreendia e a colocava sentada novamente.

O segundo elemento é a angústia que as professoras sentem diante do comportamento das crianças, que também pode ser considerado fruto do desconhecimento das peculiaridades do desenvolvimento infantil e de uma análise mais criteriosa a respeito do contexto em que as crianças expressam comportamentos que são considerados agressivos ou desrespeitosos. Essa falta de conhecimentos sobre a especificidade das crianças pequenas e dos bebês, acabam por complementar e fortalecer a ausência de racionalidade, que leva os professores a adotarem atitudes

autoritárias ou posturas que não contribuem para o processo educacional e para o desenvolvimento da criança. Somente depois, quando há reflexão sobre a prática, é que percebem que tais intervenções pautadas nas emoções causadas pelas manifestações das crianças, pouco contribuem para sua formação. A professora Lucimar relatou uma situação interessante para ilustrar a afirmação acima. Contou que,

inclusive, uma vez eu fui autoritária, fiquei muito surpresa, eu não me lembro exatamente o que a gente estava fazendo [...] eu falei assim, agora nós vamos parar. Eu acho que era uma atividade de pintura que estávamos fazendo, que eles pegavam e misturavam tinta com giz de cera, aí eu falei, a gente vai parar agora de fazer a atividade de pintura, porque a gente vai sentar e parar de fazer e vamos guardar tudo e esperar a hora de... Fiquei louca. Aí a Carina estava lá, aí eu peguei, Carina você não ouviu o que eu falei? Eu ouvi. E você não vai fazer? Não, eu não estava fazendo bagunça, eu não joguei giz no brinquedo. Eu falei, vai ter que fazer, por que eu tive que tomar a mesma decisão com todos sendo que nem todos fizeram baderna, entendeu? Então eu falei, nossa, ela tem uma opinião formada, assim, sabe, ela reivindicou o direito dela ali, em silêncio [...] aquilo me marcou [...] a postura dela fez eu repensar minha prática, eu falei, poxa, eu fui muito autoritária com ela, e ela teve toda a razão [...] já fica mais difícil, porque eles não sabem os limites deles, eles ainda não conseguem ter essa maturidade pra estar avaliando, pra estar opinando, pra estar tendo essa gestão democrática, então algumas vezes a postura do adulto prevalece, principalmente com a criança menor.

O relato possibilita identificar a concepção da parte da professora, sobre a (in)capacidade da criança pequena de opinar a respeito da situação e resolvê-la com sua orientação – que ela chama de imaturidade –, ou seja, de resolver a situação de conflito em parceria com o grupo de crianças e professora e aprender com isto. Segundo o depoimento da professora em entrevista, a imaturidade das crianças é um dos elementos que impede a implantação de uma gestão democrática nas instituições que atendem a primeira infância. Ao mesmo tempo, ela reconhece que a menina em questão é capaz de expressar sua opinião, mas, novamente, justificou como uma “maturidade” específica daquela criança, não levando em consideração o papel da educação nesse processo. O depoimento dessa professora, leva-nos a ressaltar a necessidade de ampliar o debate a respeito das capacidades das crianças de maneira sistemática por meio da reflexão sobre a prática pedagógica, a fim de promover uma intervenção profícua junto à criança.

Esse relato pode ajudar-nos a pensar também que a simbiose entre concepções arcaicas sobre as crianças e as emoções das docentes explica o motivo pelo qual muitas professoras no CEI pesquisado utilizam castigos e repreensões como forma de educar as crianças, pois, ao optarem consciente ou inconscientemente por uma estratégia autoritária, distanciam-se de uma concepção de educação que reconhece a criança como sujeito e contribuem para a manutenção de uma educação que prima pela obediência e pela submissão.

A pesquisa de Leonília de Souza Nunes (2009), realizada em uma escola pública de educação infantil em Brasília, também relata práticas de castigo. O estudo auxilia-nos a refletir sobre a possibilidade de o castigo ser parte da cultura institucional das diferentes escolas de educação infantil em diversas regiões do país, ao relatar a utilização de castigos e repreensões por parte das professoras, que passam por ameaças, como “só vai para o parquinho quem ficar quieto”, ou ações como atribuir uma “‘carinha preta’ para quem não se comporta e uma ‘carinha amarela’ para quem se comporta” (NUNES, 2009, p. 78). Tal como no CEI pesquisado, Nunes constatou que, de maneira

geral, não havia uma “escuta sensível” por parte das professoras e em diversos momentos verificou a ausência do diálogo e a desconsideração com relação às necessidades individuais das crianças.

A crítica e a denúncia dessas situações devem ser feitas, para ampliar a reflexão a respeito de como contribuir para que tais práticas sejam extintas do contexto educativo. O professor não pode ser considerado o único responsável por essas ações, pois é preciso compreender que tais situações fazem parte de um contexto institucional em que todos que atuam são responsáveis pela forma como a criança é educada.

No CEI pesquisado, além das situações de conflito, as punições eram aplicadas também quando as crianças não realizavam o que estava sendo solicitado pela professora. Na maioria das vezes, as professoras utilizavam formas de repreensão que iam desde uma advertência verbal até a exclusão da criança das atividades desenvolvidas. Isso ocorria por meio de castigos que privavam as crianças de participar da atividade, colocando-as em lugar “separado” das outras crianças, em outra sala, no cadeirão, dentro do berço, em diferentes momentos da rotina, como descreveremos a seguir.

Eliene, funcionária da cozinha, afirma:

[...] Na hora do almoço eu já vi, se acontece de uma criança não querer comer, estar brincando com a comida, a professora tá falando e ela não tá escutando, a professora coloca sentada separada das outras crianças, tem uns que ficam e outros que fazem birra. Eles ficam tristes, nós que ficamos olhando, dá uma dó, mas não pode sempre ter dó, senão a criança fica naquela.

Os castigos não foram relatados apenas pelos profissionais. Duas mães relataram a existência de castigos no CEI e, pela maneira como descreveram, pareciam encarar isso com naturalidade. Jucélia, mãe de Silvana, do Minigrupo 2, disse que, segundo sua filha, quando as crianças faziam alguma coisa errada, a reação da professora era retirá-las da brincadeira ou encaminhá-las para outra sala. A mãe relatou, ainda, que sua filha optou por obedecer para não ter de ir para outra sala. Já Nilva, mãe da Paola, ao afirmar que o CEI era muito importante, destacou a forma como as professoras tratavam as crianças como um fator positivo para a construção da disciplina e da obediência. Disse que as crianças eram colocadas de castigo, mas notou que a professora não falava a palavra “castigo”, dizendo que colocava a criança para “pensar”. De acordo com seu filho, isso ocorria quando a criança fazia alguma “coisa errada”, como, por exemplo, bater em outra criança. A professora colocava “no cantinho para pensar” e depois orientava para que a criança pedisse desculpas para a criança com quem teve o conflito.

A aceitação das famílias com relação a essas práticas no CEI e a utilização no contexto familiar evidenciam que nem as professoras nem as famílias têm conhecimento de que tais ações pouco contribuem para as crianças construírem suas personalidades, pois, como afirma Korcza (1997, p. 205): “Pode-se, pela ameaça, fazer uma criança obedecer, mas pensar que esse é um método não repressivo é uma singular falta de discernimento: a intimidação por ameaça constitui prova de grande severidade.”

Talvez por vivermos em um momento em que os castigos físicos são social e legalmente recriminados, e por ainda não ter ocorrido uma mudança na forma de educar as crianças, tanto no contexto educacional quanto no familiar, a utilização de castigos que não utilizem agressão física

é um recurso aparentemente positivo para os adultos, no sentido de garantir os limites para as crianças.

Nessa direção, Nilva, mãe de Paola, contou que em casa colocava sua filha de castigo na cadeira, inspirada no programa *Super Nanny*³, e considerava que era a melhor maneira de colocar limites, pois não havia agressão física. Seu depoimento foi ao encontro do relato de sua filha e da professora Josiele, que, durante a entrevista, informou que, apesar de conhecer vários autores da área da Pedagogia e Psicologia, elegia o autor Içami Tiba e *Super Nanny* como referências para sua prática como educadora, afirmando que, para resolver os conflitos com as crianças, utilizava um canto em que as crianças ficavam sentadas sozinhas – proposta inspirada também em *Super Nanny*, portanto, não promovia a reflexão em grupo sobre a situação – quando transgrediam alguma regra, como, por exemplo, bater em outra criança. Relatou que perguntava para a criança: “Você quer brigar ou brincar?”, e esclarecia a ela que o “cantinho” era destinado às crianças que queriam brigar. A professora, ao ser questionada sobre se as crianças consideravam tal ação como castigo, disse:

[...] por isso que eu tento falar dessa opção: quer brincar ou quer brigar? Eu falo isso, não sei se estou certa... Tem sempre colega que já fala “vai lá ficar de castigo” [...] castigo é uma coisa que está te punindo, tirou do gostoso, então não vou negar, dizer que não, eu mudei a palavra, eu tirei porque talvez a palavra castigo é mais pesada [...] mas eu gosto de olhar no olho, eu agacho e olho no olho dela e falo, e dependendo do que ela fez, a gravidade, digamos assim, é o meu tom de voz, e eu tento me disciplinar, você viu o que você fez? Por exemplo, uma [criança] hoje lá pegou a coxa do meu aluno e lascou uma mordida, mas ele provocou, ele chutou ela... Eu estava esperando pra entrar, pra entrar na frente dela, ele chutou, ela estava sentada, ele em pé, ela catou na altura dela e “nhoc” na perna dele... Os dois foram responsáveis por isso, eu falei, você vai ser por último agora, você vai brincar, agora você vai esperar todos os colegas, ela começou a chorar, engraçado que muita criança chora na hora que você vai para lá [...] eu falo: olha seu colega chorando, você fez isso, e normalmente os que choram quando eu ponho lá sentado, ou minha colega, são os mais mimados, aqueles que não admitem que fala não, aliás aqueles que por qualquer coisa choram... (Josiele, professora)

Continuei a questionar a professora a respeito da eficácia desta ação com a criança pequena, perguntando se tal medida inibiria essas ações futuramente. Josiele disse que eles paravam apenas na hora e acrescentou que as crianças tomavam partido ao seu lado em situações de conflito, e ela precisava chamar a atenção delas, pois, quando admoestava uma criança, outras vinham ao seu redor, ajudando-a a adverti-la.

Josiele informou também que uma professora não tirava a autoridade da outra, pois, quando uma delas colocava uma criança de castigo, mesmo que a criança solicitasse a outra professora liberá-la da situação, isso não ocorria, pois havia respeito pela ação da professora. Acrescentou que não havia uma forma única de lidar com essas situações e relatou que na sala havia uma criança muito agressiva, que batia nas outras crianças sem motivo, e que já havia tentado agredir até as professoras. Sua mãe dizia não saber o que fazer, inclusive havia mães de outras crianças que

3 O programa *Super Nanny* era exibido semanalmente em uma emissora de televisão e relatava casos de famílias que possuem crianças “indisciplinadas” e, por meio da intervenção da *Super Nanny*, que apresenta e insere uma série de ações normativas, as crianças passam a ter outro comportamento, obedecendo aos pais e cumprindo regras. Considero que tal programa não pode servir como base para as professoras, em função de seu caráter retrógrado e autoritário, muito distante da perspectiva de uma educação integral.

reclamavam dessa criança, que batia em seus filhos.

Com relação às crianças que apresentam comportamentos agressivos com regularidade, Iza Luz (2009, p. 10) diz:

[...] É fundamental que se busque conhecer as motivações dessa criança e que se encontre alternativas que lhe auxiliem a modificar sua conduta. Uma criança com a linguagem oral pouco desenvolvida pode recorrer somente aos gestos para retirar os brinquedos da mão dos colegas. Agindo assim pode acabar sendo rejeitada e excluída do grupo. Nesse caso a professora precisa intervir ajudando essa criança a se comunicar melhor para que ela consiga interagir de forma mais saudável com as outras crianças. Para tanto pode usar atividades de dramatização e reconto de histórias tanto para promover a linguagem oral como para estimular os valores de cooperação e solidariedade.

Entretanto, algumas professoras no CEI pesquisado, optaram pelo castigo, pois, segundo a professora Josiele, essa criança foi colocada de castigo em outra sala pelas professoras do período da manhã e ficou muito assustada, levando a professora a ficar arrependida de ter utilizado essa estratégia; mas, depois dessa experiência, a criança ficou “uma seda”.

[...] a colega falou que ficou tão chateada de ter feito isso depois, quando ela foi buscar nosso aluno na outra sala, diz que ele estava um estranho no ninho [...] Quando ela viu a cara dele, ela diz que em casa ela até chorou, viu a cara dele totalmente desambientado [...] se as professoras sabem que ele está ali porque aprontou, a professora não dá moleza para ele [...] adiantou porque ele veio “uma seda”. (Josiele, professora)

De acordo com Korczak (1997, p. 208), “o vexame é uma punição grave, uma das que mais machuca a criança”. O relato da professora revela que as proposições colocadas para adotar novas práticas de educação da criança pequena que não utilizem castigos ou coerções ainda estão longe de serem viabilizadas na prática, reafirmando a distância entre as produções acadêmicas, as leis de proteção à criança e a prática cotidiana. É inquietante observar que, para a professora, a proposição do programa *Super Nanny* é muito mais significativa do que a grande quantidade de estudos científicos, que também tratam sobre esse assunto e que a professora diz conhecer, como os de Piaget.

De acordo com Piaget (2007, p. 63), reforçamos apenas a moral da obediência quando nos apoiamos unicamente na autoridade do professor, com “lições de moral”, e sanções punitivas, que não são capazes de favorecer a autonomia e a reciprocidade.

Ao longo da entrevista com a professora Josiele, lembrei-me de cenas de castigo observadas ao longo da pesquisa no CEI e perguntei se as crianças ficavam tranquilamente no “cantinho”. Ela disse que sim, porém havia algumas que começavam a “comer sapato, de raiva”, e jogavam os sapatos. A resposta demonstrou que algumas crianças reagiam a essa abordagem, mas é possível inferir que a maioria acatava as ordens da professora, adotando uma atitude de subserviência, que era reforçada pelo grupo como um todo.

Korczak chama-nos a atenção com relação a esse tipo de comportamento: “Devemos ter pena das crianças que conseguiram matar seus sentimentos de insubmissão. São essas rebeliões e essas queixas que nos permitem penetrar nos mistérios da alma infantil” (KORCZAK, 1997, p. 218).

A coordenadora Marjorie afirmou ser muito corriqueiro no CEI pesquisado, especialmente

– mas não apenas – em um dos períodos, enviar as crianças que transgrediam as regras para uma sala do CEI em que uma das professoras assumia o papel de “solucionadora dos problemas de disciplina das crianças”. Foi então que pude entender uma situação observada na sala do Berçário 2, que na época não havia ficado clara. Foi no momento do sono, quando a professora Suzana entrou na sala, e a professora Leonilda disse: “Ainda bem que a Suzana veio aqui e vai levar umas crianças para a sala dos bebês”.

Outra situação dessa ordem, foi relatada pela diretora Maria Vitória, contou que ao circular pelo CEI, como faz rotineiramente, em um dia estava na companhia da supervisora, e constatou que uma criança chorava muito em uma sala e, ao abordá-la, constatou que ela estava de castigo. Levou-a para sua sala e depois conversou com as professoras, avisando-as de que essas práticas não poderiam ser utilizadas e ressaltando o estado emocional alterado da criança. Em resposta a essa advertência, no dia seguinte as duas professoras faltaram sem avisar.

No livro visita de supervisão, havia também o registro de uma reunião entre a equipe de gestão, a supervisora e a professora Carmela, em que a supervisora, ao observar que a professora se dirigia à criança com “tom de voz alto e incisivo”, orientou-a quanto à necessidade de adotar uma postura que considerasse as especificidades das crianças. De acordo com os depoimentos da diretora e da coordenadora, a professora advertida tinha faltas frequentes e apresentava constantemente uma postura autoritária com as crianças, colocando-as de castigo. Foi relatado, ainda, um episódio em que a professora levou a criança ao solário e trancou a porta, e outro em que ela afagava com os pés as costas de uma criança que não queria dormir. Essas ações foram questionadas pela coordenadora, que informou que, com relação à primeira situação, não foi possível conversar adequadamente com a professora, em função de sua licença médica logo após o ocorrido. A segunda situação foi justificada pela professora dizendo que estava com dor nas costas e por isso afagou a criança com os pés.

Não se pode generalizar a ponto de afirmar que tais ações fossem praticadas por todas as professoras; é possível, apenas, afirmar que são ações presentes no cotidiano das crianças e que mesmo as professoras que não utilizam tais métodos admitem que eles são utilizados por outras colegas. É preciso reiterar que as interações junto às crianças não são uniformes, dependem muito de cada docente. Assim, há profissionais muito cuidadosas e afetivas com as crianças, mas a maioria das observações revelou de forma constante a existência de práticas docentes em que se percebia pouco envolvimento com as crianças e uma abordagem mais ríspida e desprovida de afeto ou ternura.

O professor Jovino considerou que havia formas diferentes das professoras gerirem os conflitos entre as crianças: alguns administravam de maneira tranquila, reconhecendo a criança em sua fase, conhecendo o que ela pensa e sabe e dialogando com elas. Considerou que inicialmente o professor tem que mediar as relações e até arbitrar em alguns casos, o que pode causar descontentamento em uma das crianças, que, muitas vezes, manifesta sua insatisfação com o encaminhamento adotado pelo educador, mas que aos poucos, a criança aprende a lidar com os conflitos, sendo autônoma para lidar com as diversas tensões que emergem cotidianamente na relação com seus pares.

Importante retomar, o depoimento da professora Valentina, que explicitou a falta de rumo do educador em relação a qual teoria adotar para lidar com as crianças, o que pode ser um indicador

para reforçar minha afirmação no sentido de que o hábito de castigar ainda é uma forma presente na educação das crianças, seja no âmbito privado da família, seja nas instituições educacionais, revelando que, enquanto sociedade, ainda estamos longe de considerar e viabilizar de forma concreta e coerente um dos princípios fundamentais dos grandes pensadores da educação: “o respeito à criança enquanto ser humano”.

Negar práticas punitivas ou de coerção não significa deixar a criança sem referências. Esse pressuposto pedagógico apoia-se na concepção de que as crianças são capazes de pensar e agir e, portanto, atuar no meio em que estão inseridas. Acreditar no potencial da criança significa que, além de confiar nela, é necessário desejar conhecê-la, compreendê-la como um ser humano complexo e singular, ou seja, são necessárias uma escuta e uma observação atentas, buscando sempre investigar o que ela nos quer dizer por meio de suas manifestações.

A coordenadora Marjorie relatou que a temática dos “limites” com as crianças foi debatida com uma parte do grupo de professores em uma reunião de formação, e que era muito forte nas docentes a ideia de colocar limites e regras para as crianças pequenas por meio de ações autoritárias e também a proposição de que as famílias precisavam estabelecer limites para seus filhos, pois quando a criança começasse a frequentar o CEI já saberia respeitar o outro e as regras, desde pequena.

Importante compreender que as práticas reproduzidas pelas professoras são fruto de suas experiências culturais e sociais, e que, as docentes do CEI pesquisado, apesar de utilizarem recursos coercitivos para colocar limites junto às crianças, sentiam-se sem referências e sozinhas nesse processo, o que estimulava a utilização de práticas há muito tempo questionadas na área de Educação. A análise dessas questões requer cuidado para não responsabilizar apenas a professora, desconsiderando outros aspectos que alicerçam tais ações junto as crianças, até porque são práticas presentes tanto nas instituições de educação infantil quanto nas famílias, o que assinala uma questão de muita abrangência, de ordem social e ideológica e de responsabilidade de toda a sociedade.

Nesse sentido, podemos dizer também que acreditar que as crianças são capazes é acreditar no potencial humano, naquilo que nos diferencia dos animais irracionais, nossa capacidade de atuar nos contextos em que estamos inseridos, de escolher, de decidir.

Korczak (1997, p. 126) alerta sobre a importância de escutar as crianças e compreender o que elas sentem:

As crianças são briguentas? Não é verdade, por natureza são acomodadas e tolerantes. Você já observou bem as condições nas quais vivem e trabalham? Se ainda não, procure amontoar 40 empregados num quarto; faça com que se sentem em bancos desconfortáveis e que permaneçam assim durante cinco horas seguidas; peça-lhes que façam um bom trabalho sob a direção de um vigia que não desgruda os olhos deles. Acabariam ficando loucos. Preste atenção nas queixas das crianças, observe-as de perto e encontrará certamente o meio de solucionar um grande número de seus problemas [...] Você nunca compreenderá as crianças se negligenciar seus problemas.

A ausência de uma observação escrupulosa que resulte em uma escuta atenta à criança, suas

manifestações e necessidades, pode resultar em um ambiente educacional, permeado de conflitos, em que o controle se sobreponha às ações de diálogo. O relato da diretora do CEI pesquisado, evidencia tal proposição. Segundo ela, no dia anterior à entrevista, presenciou uma cena em que uma criança do Minigrupo 1 estava sentada no cadeirão dentro do banheiro enquanto as professoras estavam lavando as mãos das crianças, porque era uma criança muito “arteira”. Maria Vitória interferiu, dizendo que aquela não era uma prática adequada, e sugeriu aos auxiliares técnico de educação que auxiliassem nesse momento. Segundo a diretora, as professoras justificaram-se dizendo que essa ação era para o bem das crianças, pois, caso contrário, as professoras “perderiam” essa criança e as outras. O cadeirão era utilizado para colocar de castigo as crianças que mordiam, separando-as das demais.

Vale destacar que práticas punitivas com relação as crianças, ocorrem também por meio de ameaças, que na maioria das vezes, desconsidera-se a especificidade da criança pequena, como se pode observar na descrição de um trecho do caderno de campo, relacionado a observação da turma de Berçário 2 em um dia em que as professoras, realizaram atividades em uma sala de multiuso do CEI. Vejamos:

Após o café, as professoras levam as crianças para a sala multiuso. No percurso, uma das professoras vai até a sala do Berçário 1 e pede um DVD emprestado.

Ao chegar à sala multiuso, as professoras sentam as crianças no chão em frente à TV. As crianças não param, e as professoras tentam organizá-las. É muito difícil manter as crianças sentadas diante da TV, em uma sala com tantos recursos para serem explorados.

Mas as professoras são persistentes e concentram-se em organizar as crianças diante da TV. A professora Leonilda dirige-se a Lauro e o ameaça: “Lauro, senta! Senta no chão. Senão não vai assistir!”

As crianças se acalmam (ou se conformam?!) e permanecem sentadas e as professoras explicam que irão assistir a um filme da ovelhinha. Entretanto, começa a passar outro programa chamado *O sótão encantado*, o filme não tinha nenhuma relação com o que foi anunciado pelas professoras. As crianças também não compreendem e logo se desinteressam da TV e começam rapidamente a se levantar e interagir com os brinquedos e objetos que estão na sala⁴.

A professora Leonilda, meio constrangida, dirige-se a outra professora e diz: “Não era esse (DVD) que ia colocar não, era o da ovelhinha”. Mas, mesmo reconhecendo o equívoco, continuam a tentar controlar as crianças sentadas diante da TV.

A professora Leonilda adverte as crianças novamente: “senta! Agora é para assistir, não é para brincar!!!”

Após trocar o filme e acompanhar a exibição, a professora Leonilda constata novamente que não é o filme que havia programado e resolve trocar pela segunda vez o DVD e comenta com as crianças, tentando envolvê-las: “vou pôr Patati Patatá (DVD). Quem quer Patati Patatá?” As crianças vibram.

Entretanto, Leonilda não consegue colocar o filme do Patati Patatá, pois o que ela tem é um CD e o aparelho é exclusivo para leitura de DVD. Mais uma tentativa sem sucesso. Finalmente, encontra um

4 A sala em que foi desenvolvida a atividade, era uma sala utilizada por todas as crianças no CEI e era composta por uma pequena piscina de bolinhas, um escorregador e livros infantis.

outro DVD com um filme do *Cocoricó* – programa infantil da TV Cultura –, que as crianças gostam muito.

Durante esse processo de troca de DVD, as crianças se dispersavam e eram constantemente advertidas, especialmente por duas professoras, da seguinte forma: a professora Leonilda diz enfaticamente: “Sandra, volta! Não é para pegar a bolinha, não!” (a criança estava pegando bolinhas da piscina de bolinhas). A professora Angelina complementa: “vou pôr a Sandra no colo!” A professora Leonilda continua a ameaçar publicamente as crianças e diz: “a Sandra vai para a sala e o Josias também!!!”

Em outro momento, a professora Leonilda adverte: “Arnaldo, vem!” E solicita para a outra professora: “dá ele aqui, porque ele não para!”. A professora Angelina concorda com as intervenções da professora Leonilda e exclama, pejorativamente: “bichinho teimoso!!!” As professoras não se constroem com minha presença na sala e expressam essas frases com naturalidade e espontaneamente, a tal ponto que, em determinado momento, a professora Leonilda me diz: “essa é pinta brava!”, referindo-se a uma criança que não parava quieta.

E continua puxando conversa e, tentando explicar-me o ocorrido, informa: “o nosso [DVD] ficou trancado no armário, eu trouxe a chave errada”, para justificar a constante troca de filmes.

Após a projeção do filme, as crianças são liberadas para brincar com os diferentes brinquedos que existem na sala, mas pouco tempo depois as atividades são encerradas abruptamente, devido à chegada de outra turma de crianças na sala. Não há uma ação cautelosa de conversa com a criança, as professoras apenas determinam o início e o final da atividade, naturalmente, como algo corriqueiro, que não carece de nenhuma intervenção junto à criança.

Esse relato mostra que nem sempre as professoras planejam e organizam os materiais necessários à realização das atividades. As propostas nem sempre condizem com a faixa etária da criança e tampouco despertam seu interesse e envolvimento, entretanto, esses elementos não são considerados e recai sobre a criança a crítica sobre seu comportamento de descontentamento diante da atividade proposta. Observa-se que, mesmo em uma sala em que há possibilidades para as crianças escolherem quais atividades desejam realizar, isso não é valorizado e as três professoras concentram-se em controlar as crianças para a realização de uma única atividade.

A ideia de que a criança pequena tem de ser controlada aparece nas ações do cotidiano e requer um olhar sensível e crítico, para reconhecer que a concepção de criança expressa nessas ações diferencia-se frontalmente da apresentada no projeto pedagógico e nas entrevistas das professoras. Nesse sentido, é possível alertar para o fato de que as ações de cuidado com o corpo físico promovidas pelas professoras junto às crianças são vulneráveis às emoções dos adultos. (MONÇÃO, 2017, p. 175)

Com relação às atitudes de controle, por diversas vezes, em diferentes salas, presenciei professores repreendendo as crianças: “agora não é hora de brincar!” Na maioria das vezes, as crianças tinham de permanecer todas centradas numa mesma atividade, independentemente do interesse, como relatamos na cena do Berçário 2. Advertências e ameaças eram ações comuns com as crianças nas diferentes salas, evidenciando a necessidade de tratar essa temática de forma sistemática nos espaços de formação continuada, de modo a dar apoio e sustentação coletiva para a mudança da prática docente.

Contatou-se ao longo da pesquisa, diversas situações em que as professoras utilizaram estratégias que condicionavam os comportamentos das crianças, como foi o caso do momento do sono, das refeições e higiene.

Com relação as ações de higiene, vale destacar as contradições na forma de construir os hábitos de higiene com as crianças e a questão da autonomia. Uma situação ilustrativa, refere-se a um dos dias em que a observação foi realizada em uma sala do Minigrupo 1 e uma das crianças foi ao banheiro e, ao voltar, perguntei se havia lavado as mãos. Ele respondeu de maneira incompreensível e a professora Alcione imediatamente explicou que ele estava dizendo “a tia não deixa”; segundo ela, quando iam ao banheiro sozinhos não lhes era permitido lavar as mãos, pois eles ficavam brincando com água.

A professora reconheceu que as crianças gostavam de brincar com água, mas encarava isso como algo negativo e, no lugar de refletir sobre as possibilidades de as crianças vivenciarem positivamente tais experiências, simplesmente controlava para que isso não ocorresse, ora lavando as mãos das crianças, ora repreendendo-as para que não o fizessem sem sua presença. Nessa situação, temos dois problemas: 1) o processo de autonomia da criança é cerceado e, de certa maneira, duvida-se de sua capacidade de aprender a cuidar de seu corpo sozinha; 2) a contradição e incoerência ao ensinar os hábitos de higiene para as crianças, pois a orientação da professora coloca em xeque a necessidade ou não de realizar a higiene das mãos, ao atrelá-la à presença do adulto; e

Em outra ocasião, observei a mesma professora lavando as mãos das crianças sem trocar as luvas⁵, a utilização da mesma luva para lavar as mãos de todas as crianças evidencia outra contradição nos hábitos de higiene, demonstrando a preocupação apenas com sua própria saúde e desconsiderando a das crianças. Não se pode negar que as crianças aprendem nessas situações, por meio da observação dos adultos.

Outro elemento importante demonstrado na pesquisa de campo, refere-se a dimensão relacional entre as professoras e as crianças. A observação e análise do cotidiano do CEI emergiu de forma contundente que nem sempre a criança é tratada com respeito e atenção, o que era foco de intervenção e preocupação da equipe de gestão da unidade. Como exemplo, tomamos um dos registros no livro de ocorrência funcional, em que descreve uma advertência da diretora à professora Lucinda⁶, no início de 2011. De acordo com o relato, a diretora ouviu o choro de um bebê e, ao entrar na sala do berçário para ver o que estava acontecendo com a criança, viu a professora Lucinda sentada, distante da criança, sem nenhuma atitude de acolhida. Ao solicitar que a professora acolhesse a criança e ficasse ao seu lado, Lucinda aproximou-se da criança e, com o pé direito, balançou a cadeira em que o bebê estava. A diretora Maria Vitória repreendeu a professora no momento e, ao final do período, fez a orientação por escrito, retomando as atribuições do professor de educação infantil e lembrando-a das penalidades que poderia vir a sofrer, caso não as cumprisse.

Ao conversar com Maria Vitória sobre essa situação, ficou evidente a indisponibilidade dessa

5 As professoras utilizam luvas descartáveis para trocar os bebês e lavar as mãos das crianças.

6 A professora Lucinda já havia atuado na rede e se exonerado, tendo novamente prestado concurso e retornado ao CEI, naquele ano.

professora com relação à criança e o olhar aguçado da diretora para a criança, pois ver bebês chorando na creche poderia ser considerado algo natural. Sobre isso, Tristão (2004, p. 134-135) assinala:

Essa sutileza está presente em atos cotidianos, aparentemente pouco significativos, mas que revelam a importância do trabalho docente com bebês. Virar uma criança, colocá-la mais perto do grupo, perceber seus sinais corporais, prestar atenção na temperatura ambiente para deixá-la com uma roupa confortável, cobri-la em um dia de frio e outras tantas ações podem fazer a diferença entre a atenção, característica de uma prática humanizadora, plena de significados e o descaso, característico das práticas desumanizadoras, para cada um daqueles meninos e meninas.

As ações sem reflexão podem, mesmo sem a intenção, transformar-se em ações desumanas com as crianças. A desatenção com as crianças foi um aspecto ressaltado por diferentes professoras nas entrevistas, em que assinalaram faltar “afeto” da parte de algumas delas.

Nesta perspectiva, ao comparar as antigas professoras leigas e as que entraram após 2004, já com formação universitária, a professora Flávia disse que essas últimas,

às vezes, esquecem que as crianças são muito pequenas, que elas precisam desse aconchego [...] então eu acho que tem que ter um equilíbrio... Você não pode querer ser mãe das crianças, querer fazer o papel de pai... Mas, também, você deixar de cuidar, deixar de trocar... Você não pode deixar, porque eles precisam disso. E eles ficam muito tempo fora de casa, eles ficam dez horas, eles vão em casa para dormir, praticamente, então tem horas que eles pedem, sabe, eles pedem um pouco de colo, eles pedem um pouco de atenção, que você olhe nos olhos deles.

Na mesma direção do depoimento acima, houve o relato da professora Carolina, que iniciou seu trabalho na rede, no ano que concedeu a entrevista, e contou que o início foi muito difícil, pois buscava colocar em prática o que havia aprendido na universidade e era muito criticada por algumas professoras com relação à forma de lidar com as crianças, por priorizar o diálogo e a negociação. Ao assumir a sala de uma professora que ficou afastada, disse ter tido sucesso junto a um grupo de crianças consideradas “difíceis” pelas professoras do CEI, mas ouvia professoras repreendendo crianças, dizendo, incisivamente: “eu não sou a Carolina!”.

Eu ficava pensando: eu tenho que agradar a quem? Depois eu coloquei na minha cabeça. Qual é meu objetivo? Eu sou uma educadora, eu tenho que seguir o que eu penso, tentar deixar a opinião dos outros de lado. Porque eu sempre ficava assim, as pessoas falavam que eu era muito boazinha, você conversa muito. Então era aquela... O que eu vou fazer? Algumas professoras estavam me observando. Eu falei: meu compromisso é com as crianças, a partir do momento que eu deixei o que os outros estão pensando de lado, até meu trabalho ficou melhor, porque eu estava mais resolvida. (Carolina, professora)

Carolina ressaltou que as relações entre as crianças e as professoras - naquele CEI - ainda estavam longe de ser democráticas, que dependiam muito de cada profissional, que alguns lidavam de forma democrática com as crianças e que aprendeu bastante na forma de lidar, especialmente com a professora Doralice, nos berçários, mas que a maioria não tinha uma relação dialógica com as crianças.

A qualificação das relações entre adultos e crianças nas unidades de educação infantil deve, portanto, ser uma diretriz da política pública, que, por meio de estratégias de ação, desencadeie

processos de estimulação e valorização da gestão democrática, considerando que ela só poderá se concretizar na medida em que todos os envolvidos aprenderem e se comprometerem a respeitar a subjetividade e os direitos das crianças.

Suzana Mantovani e Rita Perani reafirmam essa perspectiva, ao relatar o processo de reorganização do atendimento público infantil na região de Reggio Emilia, na Itália, e o percurso da formação dos professores.

Quando o adulto aprende a *ver* a criança, sabendo que ela é um ser ativo, conseguirá mais facilmente notar como ela se relaciona com o espaço, com os objetos, com os outros, vai se dar conta de como acontece a interação com o grupo. A essa altura, e somente a essa altura, ele poderá programar a subdivisão dos grupos, a produção ou a aquisição dos materiais apropriados, a avaliação, a estimulação; tudo isso baseado em dados empíricos e não em hipóteses abstratas que, por sua vez, muitas vezes são emprestadas de outras faixas etárias ou de situações completamente diferentes daquelas das creches, sendo, por isso, diferente também o comportamento das crianças. (MANTOVANI; PERANI, 1999, p. 83, grifo no original)

O reconhecimento da especificidade da educação infantil depende da maneira como vemos as crianças. Assim, na medida em que os adultos – neste caso, especialmente as professoras, equipe de gestão e gestores de políticas públicas de Educação – assumirem o compromisso de efetivar práticas pedagógicas em que as crianças sejam realmente o foco, veremos a transformação do CEI em um espaço de aprendizagem para todos. Missão complexa, se considerarmos que, nas bases educacionais tradicionais, a relação entre adultos e crianças pauta-se pelo autoritarismo, por meio de práticas de coerção, agressão física e castigos. A superação dessas práticas é um desafio que envolve toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições e os conteúdos do cotidiano do Cei pesquisado, apresentados nesse texto, evidencia que ainda há muitas dificuldades e dúvidas das professoras quanto às possibilidades de estabelecer relações dialógicas com as crianças. Parece que predomina ainda uma matriz de pensamento que não acredita na eficácia do diálogo e do afeto, tampouco nas interações como fonte de aprendizagem das crianças. A ideia de que a educação escolar está restrita a ensinar conteúdo das áreas de conhecimento e a família é responsável pelos valores está presente na maioria dos depoimentos, em que as professoras atribuem à família a responsabilidade sobre todos os problemas ocorridos com as crianças. (MONÇÃO, 2013)

A qualidade das relações estabelecidas no interior das instituições de educação infantil entre crianças e adultos é primordial para a constituição de uma Pedagogia da Infância e também para garantir a efetivação de uma gestão democrática que contribua para o desenvolvimento integral da criança e o compartilhamento da educação e cuidado com as famílias.

Nesse sentido, podemos afirmar que a mudança das relações entre adultos e crianças deve apoiar-se na busca permanente de conhecer a criança a fim de criar novas formas de convivência. É um trabalho intenso e de longo prazo, que requer reflexões permanentes. E como já foi assinalado, deve ser uma diretriz de política pública, pois para efetivá-la é preciso atentar para as condições objetivas de trabalho das professoras, como também, a qualidade do atendimento prestado a criança.

A mudança de comportamento do adulto com relação a criança, não pode ser alcançada por decreto ou por imposição: deve resultar da construção de uma nova forma de relação entre adultos e crianças, em que a disponibilidade e a reflexão sobre formas diferentes de educar sejam o norte para a constituição de um projeto pedagógico coletivo que garanta a inserção da pesquisa e da indagação como pressupostos norteadores. É preciso tratar essas questões com maior profundidade e cuidado, porque muitas vezes a professora, sem perceber, coloca-se no mesmo patamar emocional da criança, situação em que sua percepção fica comprometida, limitando suas possibilidades de identificar os melhores encaminhamentos a serem adotados com as crianças, em cada contexto particular.

REFERÊNCIAS

- KORCZAK, Janusz. *Como amar uma criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KORCZAK, Janusz. *Quando eu voltar a ser criança*. São Paulo: Summus, 1981.
- LUZ, Iza Rodrigues da. *Relações entre crianças e adultos na educação infantil*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1096&id=15860&option=com_content&view=article>. Acesso em: 11 abr. 2013
- MANTOVANI, Susanna; PERANI, Rita. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. *Pro-posições*, Campinas, SP, v. 10, n. 1 (28), p. 75-98, mar. 1999.
- MARANGON, Ana Carolina Rodrigues. *Janusz Korczak: precursor dos direitos da criança*. São Paulo: Edunesp, 2007.
- MONÇÃO, Maria A. Guedes. *Gestão democrática na educação infantil: o compartilhamento da educação da criança pequena*. 2013. (Tese Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013.
- MONÇÃO, Maria A. Guedes. Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios na integração entre cuidado e educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.43, n.1, p.161-176, jan./mar.2017.
- NUNES, Leonília de Souza. *Escuta sensível do professor: uma dimensão da qualidade da educação infantil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
- TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. *Ser professora de bebês: um estudo de caso em uma creche conveniada*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOBRE A AUTORA

Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Professora do Programa de Educação na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: maguedes@maxpoint.com.br

Recebido em 18/08/17

Aprovado em 29/09/17